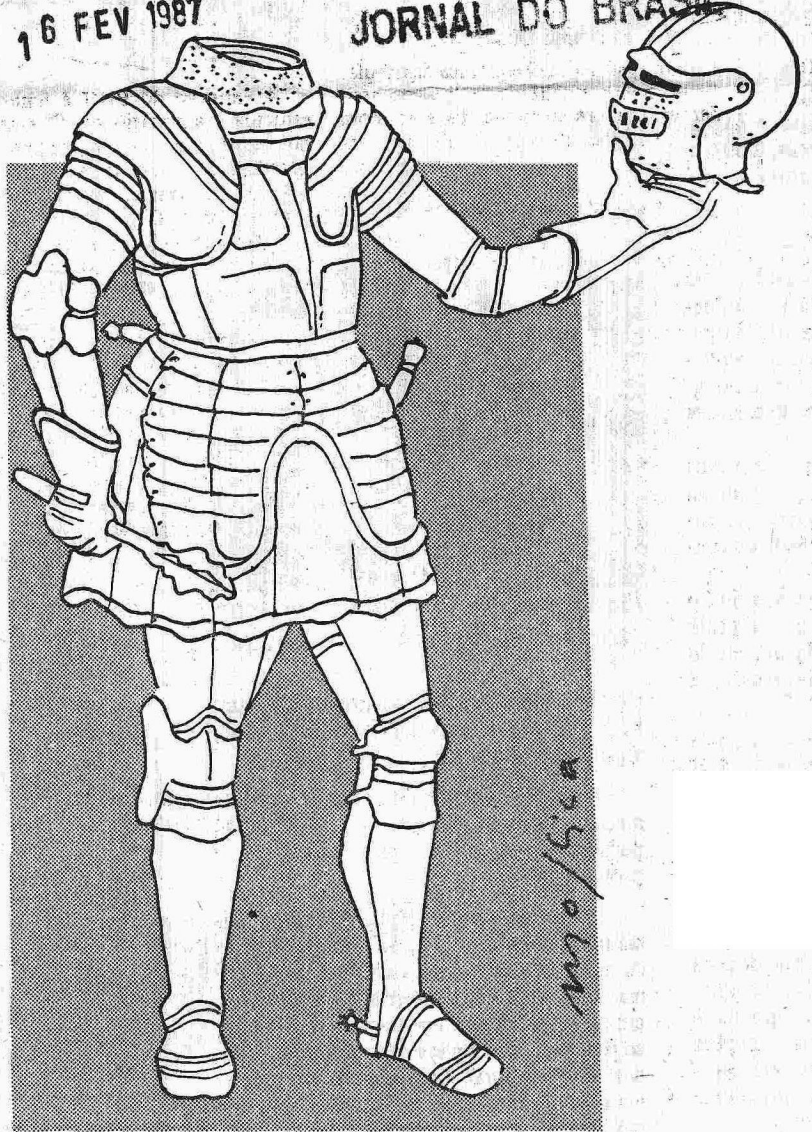


# Quem dá mais pela própria cabeça? *Bon-Brasil*

Rubem Medina

16 FEV 1987

JORNAL DO BRASIL



O Brasil não merece o pessimismo que hoje domina todos os setores da sociedade. Os brasileiros estão com medo. É injustificável a longa duração desta fase de ajustes, de marchas e contramarchas, de hesitações, de divergências internas na equipe econômica.

É provável que o Governo tenha alguma intenção com este processo demorado e que esteja a caminho algum impacto ou pacote. Independentemente do acerto ou não das medidas projetadas, parece-nos importante advertir que nesta fase de desorientação estão sendo postas em perigo todas as conquistas que o país obteve com o Plano Cruzado e que corremos o risco de uma estagflação, cujo gosto amargo ainda conhecemos.

É certo que o sonho do cruzado acabou e que o país não mais alimenta a ilusão da inflação zero. O risco que corremos, no entanto, nos leva à beira de conflitos sociais muito graves, uma vez que os trabalhadores têm uma fase de grande desemprego e de fome com a escalada de preços, ao passo que os empresários temem uma escalada de reivindicações trabalhistas.

Este ano poderá ficar caracterizado por um grande e continuado conflito social, se os responsáveis pela política econômica não adotarem uma posição e não dividirem com a sociedade as informações sobre os rumos a seguir.

Na passagem do ano, reabriu-se a temporada política e a nação voltou-se para o reexame de rumos. Como será nosso futuro?

É natural que ninguém queira perder o terreno conquistado. As lideranças empresariais e trabalhistas que se defrontaram nos recentes entendimentos para o pacto social tiveram certa razão quando procuraram preservar as situações já conquistadas por suas categorias. O bom negociador não abre mão de uma posição vantajosa, não entrega uma posição conquistada. Nenhuma das duas partes recuará, pelo menos enquanto o Governo não oferecer sua parcela de sacrifício.

Isto significa que algumas das conquistas da época do cruzado estão em perigo, mas não quer dizer que tanto empregados quanto empregadores estejam hoje em posição pior do que há um ano. Muito ao contrário, o ano de 1986 possibilitou a recuperação de ambas as categorias, que haviam sido açoitadas pela recessão.

O Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, que se dedica a analisar balanços de empresas com ações negociadas nas bolsas de valores, fez uma análise do comportamento das empresas, a partir dos seus demonstrativos trimestrais até o mês de setembro. Concluiu com esse trabalho não apenas que os lucros em proporção de suas vendas foram satisfatórios como também que seu endividamento declinou ao longo do ano. A relação de lucro líquido sobre vendas evoluiu de 11,3%, em 1985, para 13,5% em setembro de 1986.

O mesmo pode ser dito em relação ao rendimento dos assalariados. O salário médio real, segundo a Fiesp, ganhou excepcional expansão ao longo do ano, chegando, em setembro de 1986, a um valor 18,5% superior ao do mesmo mês do ano anterior (já descontada a inflação).

É fácil perceber que se trata de fenômenos complementares: o congelamento manteve os preços acessíveis, elevando o consumo, embora não elevando os preços por unidade. Mas a maior escala de produção propiciou uma redução no custo unitário, contribuindo para o aumento da margem geral de lucro. Para aumentar sua produção,

as empresas tiveram de procurar mão-de-obra, sendo obrigadas a oferecer salários melhores.

O que fez a glória do Plano Cruzado foi também seu maior fator de distorção: a procura de bens se elevou de forma excessiva, fazendo faltar produtos não só no mercado interno, mas também para exportar e criando no plano externo um perigoso trauma.

Se as retificações ao Plano Cruzado tivessem sido feitas no tempo certo, talvez pudesse também ter sido contornada outra de suas deficiências: a falta de indução ao investimento industrial.

Deve ser ressaltada a clarividência dos empresários, que não se encantaram com a situação e não abusaram do endividamento. Pelo contrário, em uma atitude prudente, as empresas reduziram fortemente seu endividamento no período do cruzado. Veja-se como evoluiu a relação entre endividamento total sobre patrimônio líquido da amostra de empresas considerada (nacionais privadas): em 1985 foi de 31,6%, em 1986 caiu para 29% em junho e 23,8% em setembro.

Em outras palavras, as empresas não investiram em aumento de estrutura durante os nove primeiros meses de 1986, mas utilizaram os recursos ganhos para melhorar sua composição financeira — chegando ao final do ano com melhor saúde.

Pode-se, assim, sustentar que o cruzado não enfraqueceu as empresas e que, no limiar desta nova etapa da vida econômica nacional, podemos contar com empresas capazes de vencer os obstáculos.

Ao longo de todo o ano, até janeiro de 1987, um indicador mostra o dinamismo da atividade econômica: o

consumo industrial de energia elétrica, que se manteve em torno de 12% acima da posição do mesmo mês do ano anterior.

E quanto aos trabalhadores? Em fevereiro, registrou-se ligeira queda do nível de emprego, em contraste com um crescimento que ocupou todo o período do Plano Cruzado. Essa redução pode ser atribuída tanto às medidas adotadas no final do ano quanto ao desaquecimento normalmente verificado no começo de cada exercício.

Há um ponto que nos parece absolutamente certo, em meio a um oceano de incertezas: é que a sorte dos assalariados é função direta da criação de novos empregos. E, neste ponto, sua sorte está indissolivelmente ligada à dos empresários. Este é o pensamento que acabará se afirmando nos entendimentos entre as partes. E todos então se lembrarão de perguntar qual será a contribuição do Governo ao grande pacto de que a nação tanto necessita.

É preciso preservar as conquistas. A posição dura e intransigente na mesa das negociações privou empresários e trabalhadores de participar das decisões de ajustamento do plano. O Governo está decidindo sozinho, seguindo caminhos aparentemente tortuosos ou contraditórios, que deixam em toda a sociedade uma sensação de busca na escuridão.

Certamente parece vantajoso que, em algum momento, sejam retomados os entendimentos para o pacto social. A sociedade precisa assumir seus próprios destinos, pois temos todos muito a perder nesta sofrida transição para o desconhecido.

Rubem Medina é deputado federal pelo PFL/RJ